

MOVIMENTOS DO LEQUE: PERSPECTIVAS SOBRE A EDUCAÇÃO EM SEXUALIDADE NO CONTEXTO MATO-GROSSENSE

MOVEMENTS OF THE FAN: PERSPECTIVES ON SEXUALITY EDUCATION IN THE MATO GROSSO CONTEXT

Recebido em: 06/06/2025

Reenviado em: 21/11/2025

Aceito em: 23/12/2025

Publicado em: 15/02/2026

Uanderson da Silva Lima¹ 
Universidade do Vale do Taquari

Resumo: O presente estudo, produzido no contexto do Mestrado em Ensino (PPGEnsino) – Univates – analisou a compreensão das/dxs/dos participantes sobre a Educação em Sexualidade, incluindo Identidades, Gêneros, Sexualidades e Diversidade, além da necessidade de práticas pedagógicas nesse campo. Para isso, utilizou-se um questionário via *Google Forms*, divulgado por meio das redes sociais, convidando à participação docentes que tiveram experiência com o Ensino Médio de Mato Grosso, entre 2018 e 2024. A partir dos dados produzidos, observa-se um olhar mais inclusivo para a inserção da Educação em Sexualidade no ensino, evidenciando a necessidade de individualidades na sala de aula. Essa abordagem pode fortalecer o desenvolvimento do senso crítico das/dxs/dos estudantes por meio de diálogos e da ciência, fomentando a construção de novos conhecimentos, contribuindo para a redução de tabus e preconceitos. Além disso, possibilita informar, prevenir e destacar os tipos de violência existentes e os canais de denúncia (Unesco, 2014). No entanto, ainda se faz necessário problematizar as visões políticas, religiosas e conservadoras que buscam silenciar essas discussões, sustentando discursos equivocados que desqualificam esse trabalho, que é importante para a formação integral e para construção de uma sociedade mais justa e inclusiva.

Palavras-chave: Educação em Sexualidade; Diversidade; Ensino Médio; Senso Crítico; Mato Grosso.

Abstract: This study, conducted within the Master's Program in Teaching (PPGEnsino) – Univates, analyzed the participants' understanding of Sexuality Education, including Identities, Genders, Sexualities, and Diversity, as well as the need for pedagogical practices in this field. A questionnaire was applied through Google Forms, disseminated via social media, inviting teachers with experience in teaching high school in Mato Grosso from 2018 to 2024. The data revealed a more inclusive perspective on incorporating Sexuality Education into teaching, highlighting the importance of addressing this topic in the classroom. This approach can strengthen students' critical thinking skills through dialogue and science, fostering the construction of new knowledge and contributing to the reduction of taboos and prejudices. Additionally, it provides an opportunity to inform, prevent, and emphasize the types of existing violence and reporting channels (Unesco, 2014). However, it is still necessary to challenge political, religious, and conservative views that aim to silence these discussions, sustaining misguided narratives that undermine this work, which is essential for holistic development and the construction of a fairer and more inclusive society.

Keywords: Sexuality Education; Diversity; High School; Critical Thinking; Mato Grosso.

INTRODUÇÃO

Quem somos e como percebemos, entendemos e tratamos os outros causam um efeito dominó que não pode ser subestimado. Seja sobre o papel do capacitismo e do racismo em nossas instituições, as consequências do binarismo de gênero e sexo ou até algo tão simples quanto nosso nome, para termos uma experiência humana mais solidária, informada e consciente, precisamos aprender mais. Nossa vida e nossas experiências foram definidas por construções sociais nocivas, arcaicas e incorretas impostas pela colonização europeia (Imani, 2023, p. 149).

¹ Mestre em Ensino pelo Programa de Pós-graduação em Ensino (PPGEnsino) da Universidade do Vale do Taquari (Univates). Brasil, Mato Grosso, Lucas do Rio Verde. E-mail: uanderson.lima@universo.univates.br

Caminhar por uma temática espinhosa, que causa medo e insegurança em professoras/professorxs/professores², é desafiador. Nesse sentido, por meio da pesquisa intitulada “Teias do Discurso: explorando a relação entre as propostas pedagógicas do currículo mato-grossense e a Educação em Sexualidade”, desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Ensino (PPGEnsino) da Universidade do Vale do Taquari (Univates), localizada em Lajeado, Rio Grande do Sul (RS), problematizou-se: como as/xs/os docentes abordam a Educação em Sexualidade no Ensino Médio, considerando as propostas curriculares do Estado de Mato Grosso?

O trabalho com a Educação em Sexualidade deve ser pautado em conhecimentos da ciência, deixando de lado dogmas pessoais, religiosos e políticos – particularmente aqueles influenciados por tendências conservadoras e de extrema-direita – que, em muitos casos, estão alicerçados na “norma” do “Homem, Branco, Cisgênero, Heterossexual e Cristão” (Louro, 2014; Louro, 2018). As demais Identidades, Gêneros, Sexualidades, Corpos, Individualidades e Diversidades são, de certo modo, silenciadas, relegadas a um segundo plano, enquanto aquilo que é considerado como parte da “norma” é exaltado. Nesse sentido, este artigo busca apresentar alguns resultados da pesquisa desenvolvida e das reflexões fornecidas pelo movimento do leque.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA

A pesquisa teve cunho qualitativo, utilizando-se, como estratégia de coleta de dados, um questionário elaborado no Google Forms, com perguntas direcionadas às/xs/os professoras/professorxs/professores participantes, com experiência, entre 2018 e 2024, no Ensino Médio do Estado de Mato Grosso (MT), sobre a Educação em Sexualidade e sua relação com as propostas curriculares do Documento de Referência Curricular para Mato Grosso –

² As palavras que escolhemos para nos dirigir às pessoas têm uma intencionalidade, assim, utilizar sempre o pronome masculino para apontar um grupo é silenciar outras pessoas, com gêneros e sexualidades “desviantes” da tida como o “normal”. É preciso ressignificar esse pensamento, essa distorção entre o que é tido como aceitável e do que é desagradável para a sociedade. Um passo importante para essa ressignificação é o uso do “X” nas palavras, pois “[...] do ponto de vista linguístico e gramatical, é uma forma de usar uma linguagem escrita que expresse maior igualdade entre homens e mulheres. [...] O uso do ‘X’ é uma tentativa de, no âmbito da escrita, tornar a língua mais democrática” (J. Sepulveda; D. Sepulveda, 2016, p. 141), tendo em vista que a nossa língua é machista e excludente. Antes quem venham afirmar que desse modo estarei excluindo determinadas pessoas em vez de incluir - como por exemplo: pessoas com dislexia, em processo de alfabetização e Pessoas com Deficiência Visual, pensando nessa perspectiva, em todas as palavras que definem um gênero adotarei a seguinte regra: primeiro, será utilizada palavras no gênero feminino, por entender as diversas exclusões que as mulheres sofreram historicamente e ainda sofrem diariamente; segundo, palavras com a utilização do X, pensando nas pessoas não-binárias que não se identificam enquanto mulher ou homem, por entender que essxs são excluídxs do cenário de discussões e diálogos contínuos na sociedade; e, por último, palavras que representam o gênero masculino, por entender que esses foram e ainda são privilegiados na sociedade.

Ensino Médio (Mato Grosso, 2021). Esse recorte temporal foi escolhido devido à publicação do DRC/MT: *Concepções para a Educação Básica* (2018).

Como meio de divulgação desta pesquisa, utilizamo-nos das redes sociais do mestrando, convidando as/xs/os docentes do território mato-grossense a contribuírem com suas experiências sobre a temática pesquisada, bem como com suas considerações sobre o DRC/MT – Ensino Médio (2021) e as propostas desse documento para o trabalho com questões que envolvem a Educação em Sexualidade.

Dessa forma, houve a participação de quatro docentes, com idades entre 23 e 51 anos, possuindo formação acadêmica em Educação Física, Física, Letras – Português e Espanhol, e Pedagogia/Filosofia, com experiência no Ensino Médio variando de 7 meses a 15 anos, residentes nos municípios de Alta Floresta, Colíder e Nova Canaã do Norte. Vale destacar que todas/todxs/todos aceitaram participar após lerem o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e concordarem com a divulgação dos dados produzidos a partir do questionário.

Buscou-se respeitar o anonimato destas/destxs/destes profissionais da educação, conforme o TCLE, tendo em vista que a temática poderia causar insegurança devido à sua divulgação e considerando, ainda, a possibilidade de sofrerem perseguições institucionais em seus espaços de trabalho, sobretudo por se tratar de um assunto que, historicamente, enfrenta resistências e é alvo de disputas políticas e morais. Nesse sentido, foram nomeadas/nomeadx/nomeados pelas cores: vermelho, verde, roxo e lilás. Apesar do número reduzido de participantes, consideram-se importantes as contribuições dessas/dessxs/desses profissionais, como demonstraremos a seguir.

EXPLORANDO O MOVIMENTO DO LEQUE NA EDUCAÇÃO EM SEXUALIDADE: PERSPECTIVAS E CONSIDERAÇÕES

Ao caminhar pela Educação em Sexualidade, tanto teoricamente quanto por meio dos documentos que fundamentam este trabalho, observamos um forte direcionamento do discurso para uma “norma” do “Homem, Branco, Cisgênero, Heterossexual e Cristão” (Louro, 2014, 2018), concebido pelo “[...] supremacismo branco eurocolonial” (Imani, 2023, p. 132). Essa perspectiva buscava, e talvez ainda busque, a dominação, posicionando o homem como centro (superior) e as mulheres como servas (inferiores), responsáveis pelo cuidado das/os filhas/os, pela casa e pela disponibilidade sexual para esse homem/marido.

Nesse sentido, a Sexualidade ou Orientação Sexual, que antes, no século XVII, era vista como algo passível à expressão publicamente — uma época na qual “as práticas não procuravam o segredo; as palavras eram ditas sem reticência excessiva e as coisas eram feitas sem muito disfarce; tinha-se com o ilícito uma familiaridade tolerante” (Foucault, 2018, p. 07) — passou, no século XIX, a constituir um elemento restrito ao âmbito privado. Dessa forma, a sexualidade foi:

[...] cuidadosamente encerrada. Muda-se para dentro de casa. A família conjugal a confisca. E absorve-a, inteiramente, na seriedade da função de reproduzir. Em torno do sexo, se cala. O casal, legítimo e procriador, dita a lei. Impõe-se como modelo, faz reinar a norma, detém a verdade, guarda o direito de falar, reservando-se o princípio do segredo. No espaço social, como no coração de cada moradia, um único lugar da sexualidade reconhecida, mas utilitário e fecundo: o quarto dos pais (Foucault, 2018, p. 7-8).

Com essa mudança, conversar sobre esses temas “[...] era um assunto privado, alguma coisa da qual deveria falar apenas com alguém muito íntimo e, preferencialmente, de forma reservada” (Louro, 2018, p. 9). Observando os dias atuais, percebemos que, muitas vezes, esses momentos de diálogo não acontecem com as pessoas que deveriam fornecer informações corretas, deixando de lado suas posturas religiosas e políticas. Mães, pais ou responsáveis, muitas vezes, têm receio em conversar com as/xs/os filhas/filhxs/filhos sobre questões que envolvem a Identidade, Gênero, Sexualidade ou Orientação Sexual, Corpo, Individualidade e outras perspectivas. Talvez, por receio de incentivar um interesse antecipado sobre sexo ou por estar rodeada/o por tabus e preconceitos. Mas, sabe-se que essa informação é incorreta, tendo em vista que crianças e adolescentes ao receberem informações pertinentes sobre a Educação em Sexualidade, passam a ter acesso ao:

[...] conhecimento do próprio corpo, primando pelos cuidados de higiene e modos saudáveis de vida, para que mais tarde, quando se sentirem preparados, possam exercer, se assim decidirem, de maneira responsável consigo mesmos e com o outro, o relacionamento afetivo-sexual. Contempla o exercício responsável naqueles que já iniciaram sua vida sexual (Cardoso; Brito, 2012, p. 107).

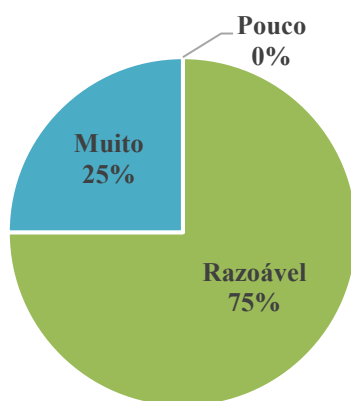
Dessa forma, percebe-se a importância de desenvolver uma Educação em Sexualidade com crianças e adolescentes, para que possam ser livres de tabus e preconceitos que foram, há muito tempo, postos como verdades absolutas. Nesse sentido, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) propôs um documento com conceitos-chave para serem trabalhos nas escolas com as/xs/os estudantes, desde a Educação Infantil até o Ensino Médio. O documento estrutura-se em “[...] Nível I (5 a 8 anos), Nível II (9 a 12 anos),

Nível III (12 a 15 anos), Nível IV (15 a 18 anos)” (Unesco, 2014, p. 18), de modo que a abordagem dos conceitos-chave deve respeitar a idade e a forma adequada para cada faixa etária.

Para o primeiro nível, são indicadas informações mais básicas, permitindo que as crianças tenham contato com temas pertinentes à sua idade; já para os níveis III e IV, podem ser utilizadas metodologias participativas, pois “[...] permite reconhecer a experiência dos diferentes participantes e fomentar a reflexão, o levantamento de pontos de vista e a busca de acordos que possam traduzir-se em planos de trabalho concretos” (Unesco, 2014, p. 17). Proporciona-se assim, nas/nxs/nos estudantes, um senso crítico sobre temas pertinentes à temática, baseando-se nos conhecimentos científicos que devem permear esse ensino, tomando a ciência como princípio orientador.

Nesse sentido, inquieta-nos pensar que muitas pessoas (mães, pais, responsáveis, professoras/professorxs/professores, entre outras/outrxs/outros) podem educar/orientar crianças e adolescentes a partir de suas convicções pessoais, embasadas em uma postura religiosa, política/partidária, machista e conservadora. Com base nesse entendimento, buscamos, através do questionário, indagar as/xs/os professoras/professorxs/professores sobre sua compreensão dos temas que envolvem a Educação em Sexualidade. A seguir, apresentamos a pergunta e um gráfico com as respostas obtidas, seguido de algumas reflexões a partir delas.

Gráfico 1 – Na sua opinião, qual o seu nível de entendimento sobre Identidades, Gêneros, Sexualidades, Diversidade e Educação em Sexualidade?



Fonte: elaborado pelo autor (2024).

A intencionalidade desta questão foi verificar o nível de conhecimento das/dxs/dos participantes, notando-se que a maioria possui uma compreensão razoável, e apenas uma/umx/um demonstra conhecimentos aprofundados sobre o tema, como foi constatado nas

demais respostas do questionário. Assim, por meio dessa indagação, buscou-se compreender o entendimento desses assuntos. A seguir, apresenta-se um quadro com as respostas e as reflexões derivadas desses dados.

Quadro 1 – Descreva o seu entendimento sobre Identidades, Gêneros, Sexualidades, Diversidade e Educação em Sexualidade.

Vermelho	Entendo sobre gênero e sexualidade algumas coisas, sobre educação sexual nada.
Verde	Conheço menos do que deveria. Mas acabo tendo pouco tempo para ficar por dentro do que existe e o que que tem mudado sobre. Sou a favor da identidade e gênero das pessoas. É uma pena o ser humano que estratifica o outro ser humano. Acho um absurdo a humanidade ainda ficar mediando coisas tão naturais. Não existe cor: Existe ser humano. Não existe raça: existe o ser humano... Existe o rico: E este deve acabar!
Roxo	Devemos respeitar a diversidade seja ela qual for, gênero ou sexualidade.
Lilás	Quando falamos em identidade de gênero, nos referimos a como a pessoa se identifica internamente, ou seja, mesmo que ela seja do sexo masculino por exemplo, tal pessoa se identifica com o gênero oposto ao de nascença. O que nesse caso para ser mais específico menino se identifica como menina e menina como menina. Mas é importante ressaltar a identidade de gênero e como nós nos identificamos e nesse contexto a várias identificações como: cisgênero, transgênero, não binário e outros. Ao falarmos de sexualidade nos referimos a atração, ou seja, com qual gênero me relaciono em um romance ou emocional. Nesse sentido podemos observar que existem, assim como no caso da identidade de gênero, divisores conceituais para dividir e organizar tal exemplo é o conceito heterossexualidade, que são pessoas que se atraem pelo sexo oposto diferentemente da homossexualidade que se atraem por pessoas do mesmo sexo ou gênero.

Fonte: elaborado pelo autor (2024).

Aqui, é perceptível que Vermelho, Verde e Lilás responderam possuir conhecimentos básicos sobre as temáticas que envolvem a Educação em Sexualidade. Destacamos a relevância do discurso apresentado por Verde, ao relatar que deveria ter mais conhecimento sobre a temática; entendemos, assim, que para além dessas/dessxs/desses profissionais, outras/outrxs/outros na educação podem ter a mesma percepção.

Nesse sentido, recorremos a Ribeiro (2020) para salientar essas percepções. O pesquisador desenvolveu uma pesquisa com docentes do Ensino Fundamental sobre essa temática, com a participação de 326 profissionais de todas as regiões brasileiras, abrangendo 139 municípios. A pesquisa mostrou que 240 participantes tiveram aulas que abordaram a Educação em Sexualidade, enquanto 86 não tiveram essa abordagem. Com isso, compreende-se que “certamente, se tivessem participado de algum projeto na área, teriam deixado de passar por muitas interrogações, principalmente na adolescência, quando há uma eclosão da sexualidade” (Ribeiro, 2020, p. 95). É fato que pessoas que, em sua formação educacional, recebem aulas sobre temas relacionados a essa temática podem aprender a amar e respeitar seu

próprio corpo e o da/x/o outra/x/o; identificar características de relacionamentos abusivos, violências sexuais e, principalmente, do assédio sexual; entre outras possibilidades que são os alicerces dos conceitos-chave da Unesco (2014).

Ademais, é importante salientar que a sexualidade, na visão das/dxs/dos participantes, é “uma dimensão humana, psicológica e de sentimentos; uma construção histórica e cultural; uma inspiração divina; uma necessidade biológica; um assunto individual e privado” (Ribeiro, 2020, p. 95). Esses aspectos foram assinalados por 225, 47, 4, 40 e 10 participantes, respectivamente. Vale destacar que é através dos discursos que tentam estabelecer a “norma” como sendo a correta que ocorre a “pregação” desse viés religioso e sexual, como se falar sobre este tema se restringisse somente a esses aspectos.

Por outro lado, podemos imaginar um leque aberto e, através do movimento desse, surgem Identidades, Gêneros, Sexualidades ou Orientação Sexual, Corpos, Individualidades, entre outras facetas que compõem uma pessoa. Ao pensarmos nessas facetas, é necessário compreender o significado de cada uma. O fala de Lilás conceitua algumas dessas dimensões, e aqui movimento o leque para refletir sobre elas.

Através de Imani (2023), compreende-se que a Identidade é como a pessoa se identifica, suas características; ou seja, é tudo aquilo que a diferencia de outras pessoas. O gênero tem mais a ver com as percepções da própria pessoa do que com as percepções externas. Imani (2023, p. 131) argumenta que “se uma pessoa expressa ou não sua identidade de gênero (ou se tem uma), isso depende dela, não de expectativas ou de ordens externas”. Essa é uma percepção que muitas pessoas, especialmente as/os conservadoras/es da nossa sociedade, não possuem. Limitam o gênero e, talvez, distorcem seu significado, confundindo-o com o sexo e entendendo que existem apenas mulheres e homens. Tudo o que foge dessa regra é visto como pecaminoso e imoral, devendo ser silenciada/x/o. Dessa forma, é necessária uma abordagem de Educação em Sexualidade na escola, para que tabus e preconceitos possam ser debatidos, e para que novos saberes, pertinentes à ciência, sejam construídos, levando as/xs/os estudantes a respeitarem a todas/todxs/todos, sem distinção.

Por conseguinte, compreende-se que o sexo está relacionado às características fisiológicas presentes no nascimento; ou seja, os cromossomos sexuais XX designam a fêmea (mulher), e XY, o macho (homem). Essa compreensão, porém, já foi superada. Imani (2023) aponta que há uma diversidade de combinações de cromossomos sexuais. No entanto, o viés eurocolonial que impôs uma “norma” binária leva a sociedade a scandalizar-se quando pessoas que nascem com determinados cromossomos sexuais, ao se tornarem crianças ou adolescentes,

se identificam com o gênero oposto. Dentro desse contexto, Favero (2020, p. 173) expõe que “[...] nunca pude ser criança. Ser criança no sentido de sermos reconhecidas dentro de outros paradigmas que não aqueles ligados a uma masculinidade ou feminilidade hegemônica”. Através desse enunciado, compreende-se a necessidade de respeitar a Identidade, Gênero e Sexualidade ou Orientação Sexual de outras pessoas, pois essas facetas, como bem expõe a autora supracitada, dizem respeito unicamente à própria pessoa. Assim, eu, pessoa de fora, não devo questionar essas características que constituem aquela pessoa. Ademais, retornando ao enunciado expresso por Lilás em sua resposta, entende-se que pessoas podem ser Cisgênero e Transgênero, a primeira está relacionada aquelas que se identificam com o gênero predisposto pelo órgão genital no nascimento – ou seja, nasceu com vagina e se identifica enquanto mulher e vice e versa – a segunda são aquelas/aquelxs/aqueles que não se identificam com o órgão genital no nascimento – ou seja, nasceu com pênis mas não se compreende enquanto homem, expressando assim o gênero feminino e vice e versa (Imani, 2023).

Ao se pensar em pessoas Trans, é importante estar disposta/x/o a refletir sobre os papéis do gênero que foram ensinados, “goela abaixo”, como corretos. A ideia de que uma pessoa que nasceu com determinado órgão reprodutor deve necessariamente ter uma postura, um gênero e uma identidade correspondente a ele precisa ser questionada. Assim, é necessário que a sociedade, principalmente mães, pais e responsáveis de crianças e adolescentes, adote o diálogo como postura e queira realmente conversar com as/xs/os filhas/filhxs/filhos, e não simplesmente impor uma “norma” que considere correto. Sabe-se que muitas famílias mantêm essa postura a partir de valores conservadores, religiosos e políticos. Para possibilitar novas reflexões, recorre-se a fala de Thamirys Nunes no podcast “PodPeople - Ana Beatriz Barbosa” (2024)³ sobre pessoas Trans.

Acho que tem um pouquinho de cada coisa. Eu acho que é falta de conhecimento, é falta de empatia, de entender que a gente tem que respeitar, que sobre vidas não tem opinião, porque a opinião mata. Então, se eu não sei, eu não falo, porque eu acho que, quando tem vidas em jogo, não existe “acho”. Eu sei, eu aprendi, ou eu não sei e vou ficar quieto. Eu acho que falta, sim, empatia, mas eu também acho que tem uma questão de estruturação política e social sobre a existência do corpo trans. Veja, nós somos uma sociedade e, por muito tempo, construímos que o corpo trans era um corpo de consumo marginal: não tem direito à alma, não tem direito a estudo, não tem direito a nada; é um corpo para consumo sexual, tem que ficar à margem dos hipócritas. Se eu dou família para esse corpo, se eu digo que ele tem infância, eu, enquanto sociedade, começo a ter responsabilidade com esse corpo, começo a ter responsabilidade de educação, de família, de religião, de lazer. Então, é uma orquestra social e política de falta de interesse em dar direitos para uma população minoritária. Se eu considero a criança trans, tenho que rever a minha posição em relação ao adulto

³ Essa fala foi utilizada para fundamentar as reflexões desta pesquisa. A declaração foi coletada na plataforma *YouTube* e transcrita pelo autor.

trans, em relação à travesti na esquina, em relação ao homem trans que tá ali. E eu, enquanto — e eu estou falando, né? — eu, enquanto sociedade, não tenho esse interesse. Então, é muito mais fácil eu falar que a criança não existe, porque fazer todo um trabalho de reestruturação social e dar dignidade à mulher trans e à travesti que tá lá na esquina... Eu prefiro que ela continue ali, porque aí ela está sob o meu controle, ela está sob o meu poder (Nunes, 2024, s.p.).

Que fala poderosa dessa mãe, que nos leva a questionar tantas facetas das vivências das pessoas Trans, especialmente em uma sociedade que frequentemente menospreza essa população. Discursos como “estão ocupando os espaços das ‘verdadeiras’ mulheres” buscam marginalizar essas Identidades. Nesse sentido, abre-se o leque para questionar: quais políticas públicas são direcionadas à população Trans, que, em muitos casos, são expulsas de casa por querer expressar seu gênero? Quais são as propostas educacionais voltadas para garantir uma educação de qualidade para elas/elxs/eles, sem preconceito e discriminação, garantindo o acesso a todos os espaços educacionais, principalmente ao uso do banheiro de acordo com seu gênero? Será que todos os direitos expressos na Constituição Federal (CF) de 1988 são realmente garantidos?

Essas e tantas outras indagações são permitidas, especialmente quando se pensa nos direitos garantidos na Constituição Federal, que expressa em seu artigo 5º: “todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade” (Brasil, 2016, p. 13). Será mesmo que esses direitos são garantidos para TODAS/TODXS/TODOS? Infelizmente, sabemos que não. Diversas notícias evidenciam as violências cometidas contra as populações minoritárias, como Mulheres, as/xs/os LGBTQIA+ (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, Queer, Intersexo, Assexuais e outras), pessoas Negras, Quilombolas, Indígenas, pessoas com Deficiência, entre muitas outras/outrxs/outros. Essas informações permitem compreender a extrema necessidade de uma abordagem sobre Educação em Sexualidade nas escolas, seguindo as propostas da Unesco (2014) para esse trabalho. É por meio do ensino e da educação que é possível promover transformações, ao menos em parte da população. As/xs/os estudantes que participarem de aulas que envolvem esses conhecimentos, pautados na ciência, podem questionar os tabus e preconceitos impostos às/xs/os marginalizadas/marginalizadx/marginalizados, especialmente aquelas/aquelxs/aqueles que fogem da “norma”, que consideram “corretas”, sendo o ideal do homem “Branco, Cisgênero, Heterossexual e Cristão”.

Por conseguinte, a Sexualidade ou Orientação Sexual está relacionada à “[...] atração física, sexual, romântica ou emocional por outras pessoas” (Imani, 2023, p. 136). Assim,

compreende-se que as pessoas podem apresentar uma variedade sexual, assim segue um quadro apresentando algumas dessas.

Quadro 2 – Terminologia das Sexualidades ou Orientações Sexuais.

TERMO	DEFINIÇÃO
Assexual	Descreve uma pessoa que sente pouca ou nenhuma atração física, sexual, romântica ou emocional por outras pessoas.
Bissexual	Descreve uma pessoa que sente atração física, sexual, romântica ou emocional por dois ou mais gêneros.
Gay	Descreve uma pessoa que sente atração física, sexual, romântica ou emocional por pessoas do mesmo sexo.
Heterossexual	Descreve uma pessoa que sente atração física, sexual, romântica ou emocional por homens caso seja mulher e por mulheres caso seja homem.
Onissexual	Descreve uma pessoa que sente atração física, sexual, romântica ou emocional por todos os gêneros.
Pansexual	Descreve uma pessoa que sente atração física, sexual, romântica ou emocional por pessoas não importa seu gênero.
Polissexual	Descreve uma pessoa que sente atração física, sexual, romântica ou emocional por muitos gêneros.

Fonte: Imani (2023, p. 141-142).

Aqui, percebe-se a diversidade relacionada às sexualidades. No entanto, há um discurso pautado numa “norma” a ser seguida, que busca impor visões religiosas e políticas, principalmente de pessoas que seguem uma visão conservadora e de extrema-direita. Essa abordagem visa centralizar as discussões na família, envolvendo a “norma” supracitada, deixando as margens temas como Identidades, Gêneros, Sexualidades, Corpos, Individualidades, Diversidades e outras facetas, como bem apontado por Foucault (2018) e Louro (2018). Ao deixar esses diálogos nas mãos das famílias, muitas vezes há um direcionamento para as visões que elas compreendem como “certo”, o que pode resultar na não realização de diálogos necessários para o desenvolvimento integral das crianças e adolescentes, perpetuando assim tabus e preconceitos. É nesse sentido que as instituições de ensino devem proporcionar esses momentos de diálogo, por meio de estratégias que procurem informar e prevenir, possibilitando o conhecimento do corpo e das violências, tomando como base o princípio do respeito a si e às/xs/aos outras/outrxs/outros.

A EDUCAÇÃO EM SEXUALIDADE: A VISÃO DAS/DXS/DOS PARTICIPANTES SOBRE A SUA IMPORTÂNCIA

Algumas vezes há restrições envolvendo a Educação em Sexualidade, como: a que disciplina essa abordagem é direcionada? Qual professora/rx/or deve trabalhar? Quais

conteúdos devem ser envolvidos? Onde deve acontecer? (Louro, 2014). Assim, Maia e Ribeiro (2011, p. 77) indagam que a Educação em Sexualidade é:

[...] um processo intencional, planejado e organizado que vise proporcionar ao aluno uma formação que envolva conhecimento, reflexão e questionamento; mudança de atitudes, concepções e valores; produção e desenvolvimento de uma cidadania ativa; e instrumentalização para o combate à homofobia e à discriminação de gênero.

Desse modo, percebemos que esse ensino não deve ser realizado de qualquer forma, sem intencionalidade e planejamento. Ele deve ser pautado em princípios científicos e não deve ser levado em consideração as posições pessoais, religiosas e políticas da/x/o profissional que for desenvolver os conceitos-chave propostos pela Unesco (2014). Ademais, Maia e Ribeiro (2011, p. 78) defendem que as práticas de Educação em Sexualidade vão para “[...] além da informação, que ultrapasse o sentido biológico, orgânico e profilático, e que compreenda a sexualidade e a saúde sexual como uma questão inerentemente social e política”. Assim, é fundamental que se busquem proporcionar momentos que possam libertar as/xs/os estudantes de tabus e preconceitos que, talvez, já tenham sido impostos a elas/elxs/eles como “verdadeiros”.

Nesse sentido, indagou-se às/xs/aos professoras/professorxs/professores que participaram da pesquisa sobre as considerações delas/delxs/deles sobre a importância desse debate em sala de aula. A seguir, apresenta-se um quadro com a pergunta, as respostas e as reflexões produzidas a partir desses dados.

Quadro 3 – Você acredita que a inclusão de discussões sobre diversidade sexual e de gênero no currículo é importante? Por quê?

Vermelho	Em meu ver é um tema importante, mas complicado, ainda mais nas escolas do campo, que as vezes as pessoas não vão entender.
Verde	Sim. A escola tem que fazer cada vez mais o que os pais não fazem.
Roxo	Sim, é muito importante. Devemos trabalhar essa temática amarrada ao currículo, pois ainda percebo alguns pais resistentes à temática.
Lilás	O debate em sala de aula é fundamental. Mesmo com resistência. É preciso em quando educadores formar e conscientizar nossos alunos sobre essas temáticas, e sobretudo o respeito sempre deve ser colocado como um dos principais. Essas abordagens são importante e favorecem o combate ao preconceito e a discriminação, valoriza a diversidade e sobre tudo auxilia no bem estar mental dos alunos que se enquadraram na comunidade LGBTQA+ ajudando os mesmo a se sentirem vistos e respeitados e ao mesmo tempo trazendo informação o que é um ponto crucial, pois a falta de informação pode gerar baixa autoestima e isolamento social e além de tudo a educação crítica promovendo o pensamento e discussão, aprendendo e ao mesmo tempo trabalhando os direitos humanos, o princípio de igualdade.

Fonte: elaborado pelo autor (2024).

Aqui, abrimos novamente o leque e o movimento para produzir reflexões sobre os dados produzidos nessa questão. Foi importante observar a preocupação de todas/todxs/todos participantes com a necessidade de dialogar sobre as questões que envolvem a Educação em Sexualidade. Tendo em vista que, a partir de práticas pedagógicas que abordam essa temática, podemos, na maioria das vezes, promover nas/nxs/nos estudantes o desenvolvimento de um senso crítico sobre o tema, por meio de conhecimentos embasados na ciência e em pesquisas, deixando de lado o senso comum e os dogmas pessoais.

É importante ressaltar a preocupação de Vermelho com essa abordagem em escolas do campo, pois há um receio em relação à reação das/dxs/dos estudantes e familiares. Sabe-se que, nesses espaços, há um certo domínio do conservadorismo, o que é evidenciado por Martins (2023) ao afirmar que o ideal patriarcal é fortemente marcado nos espaços do campo (zona rural). “Este tem como forma de operação básica a divisão sexual do trabalho, que opera a partir da divisão e hierarquização de atividades tidas como masculinas e femininas” (Martins, 2023, p. 143). Essas práticas, muitas vezes, ainda são perpetuadas nesses locais. Esse recebimento é válido, especialmente considerando a última gestão governamental do Brasil, que buscou oprimir as minorias e estimular discursos conservadores e de uma “norma” do “Homem, Branco, Cisgênero, Heterossexual e Cristão” (Louro, 2014, 2018).

Verde e Roxo também reconhecem a importância desse trabalho no ensino. Vale destacar que as práticas pedagógicas referentes à Educação em Sexualidade devem, sim, estar entrelaçadas com o currículo e as propostas pedagógicas, pois, a partir dessas proposições, evita-se questionamentos envolvendo esses conteúdos. Aqui, resalto que o Documento de Referência Curricular para Mato Grosso – Ensino Médio (2021) apresenta Habilidades, Objetos de Conhecimento, Disciplinas Eletivas e Trilhas de Aprofundamento que abordam temáticas relacionadas à Educação em Sexualidade. Porém, infelizmente, nem todas as escolas estaduais podem desenvolvê-las, considerando o número reduzido de estudantes e turmas de um mesmo ano letivo. Dessa forma, esses diálogos e discussões, que poderiam fortalecer o desenvolvimento crítico e integral das/dxs/dos estudantes, não acontecem de maneira equitativa em todo o território estadual de Mato Grosso.

O enunciado de Lilás é de extrema importância, pois o apontamento referente ao princípio fundamental ser o respeito é válido. Deve-se considerar, como destaca Imani (2023), que a Identidade, Gênero, Sexualidade ou Orientação Sexual, posicionamento político e religião envolve cada pessoa de forma única, sendo características particulares que pertencem exclusivamente a essa pessoa e que não devem ser deslegitimadas ou menosprezadas. A partir

dessa, pode-se almejar uma sociedade brasileira que tenha o respeito como princípio ético, promovendo a diminuição dos casos de discriminação, preconceito, e violências físicas, sexuais, morais e patrimoniais contra Mulheres, a população LGBTQIA+, pessoas Negras, com Deficiência, Indígenas e outras minorias sociais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Abrimos o leque e o movimentamos para refletir sobre as indagações apresentadas neste recorte da dissertação de Mestrado em Ensino. É fundamental (re)pensar constantemente as práticas que envolvem o ensino, especialmente aquelas relacionadas à Educação em Sexualidade. Ao analisar as questões apresentadas, observe-se um direcionamento inclusivo para a inserção dessa temática no ensino, o que evidencia a necessidade de abordá-la na sala de aula. É fato que incluir essas práticas pode fortalecer o desenvolvimento do senso crítico das/dxs/dos estudantes, por meio de diálogos e de produções científicas, fomentando a construção de novos conhecimentos e, quem sabe, contribuindo para a diminuição de tabus e preconceitos relacionados a essa temática.

É importante ressaltar que a inclusão dessas práticas pode ser problematizada por mães, pais e/ou responsáveis, professoras/professorxs/professores, estudantes e pela comunidade escolar em geral. Isso pode ocorrer porque muitas pessoas estão envolvidas em uma visão política, religiosa e conservadora, que buscam silenciar discussões na escola, sustentando um discurso equivocado de que essas aulas “tirarão a inocência das crianças” ou “incentivarão o sexo” — o que não é verídico. Tendo em vista que a Educação em Sexualidade, como bem propõe a Unesco (2014), tem o objetivo de informar, prevenir, promover o conhecimento e possibilitar o desenvolvimento de um senso crítico sobre a temática, além de destacar os tipos de violências e os canais de denúncia. Dessa forma, percebe-se a importância desse trabalho no ensino. Nesse sentido, utiliza-se a reflexão de Blair Imani para enfatizar:

Nossa jornada está longe de terminar. Espero que [...] você possa contar com uma gama ainda mais ampla de conhecimentos e ferramentas que lhe ajudarão a ir mais longe. Sejam esses assuntos novos para você ou sejam eles um desenvolvimento de seus conhecimentos anteriores, é possível continuar edificando saberes sobre essa base. Torço para que você continue a descobrir mais sobre si e sobre o mundo à sua volta, pois nunca terminaremos de aprender, e isso é uma benção (Imani, 2023, p. 150).

Desse modo, fechamos o leque dessas discussões com a compreensão de que é necessário continuar refletindo sobre as propostas e as práticas pedagógicas que envolvem a Educação em Sexualidade.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações determinadas pelas Emendas Constitucionais de Revisão nos 1 a 6/94, pelas Emendas Constitucionais nos 1/92 a 91/2016 e pelo Decreto Legislativo no 186/2008. Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2016.
- CARDOSO, Alcina Maria de Souza; BRITO, Marisa M. F. Lima. **A educação afetivo-sexual na infância e adolescência**: um diálogo entre educadores. Belo Horizonte: Lê, 2012.
- FÁVERO, Sofia. **Crianças trans**: infâncias possíveis. 1. ed. Salvador: Editora Devires, 2020.
- FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade 1**: a vontade de saber. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. 7. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2018.
- IMANI, Blair. **Leia isso e aprenda**: sobre raça, classe, gênero, deficiência e muito mais. Tradução de Luíza Thomaz. Rio de Janeiro: Alta Books, 2023.
- LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação**: uma perspectiva pós-estruturalista. 16. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.
- LOURO, Guacira Lopes. Pedagogias da sexualidade. *In*: LOURO, Guacira Lopes (org.). **O corpo educado**: pedagogias da sexualidade. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva. 4. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2018.
- MAIA, Ana Cláudia Bortolozzi; RIBEIRO, Paulo Rennes Marçal. Educação Sexual: princípios para ação. **Doxa**, [S. l.], v. 15, n. 1, p. 75-84, 2011. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Ana-Claudia-Maia/publication/341262997_EDUCACAO_SEXUAL_PRINCIPIOS_PARA_A_ACAO_Doxa_v15_n1/links/5eb60a43299bf1287f77decf/EDUCACAO-SEXUAL-PRINCIPIOS-PARA-A-ACAO-Doxa-v15-n1.pdf. Acesso em: 2 jul. 2023.
- MARTINS, Leonardo Rauta. Permanecer no campo: notas sobre juventude, gênero e sexualidade no mundo rural. **Revista Interdisciplinar em Educação e Territorialidade - RIET**, [S. l.], v. 3, n. 1, p. 137–156, 2023. DOI: 10.30612/riet.v3i1.15342. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/riet/article/view/15342>. Acesso em: 8 out. 2024.
- MATO GROSSO. Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso (SEDUC). **Documento de Referência Curricular para Mato Grosso**: concepções para a educação básica. Cuiabá: Seduc, 2018. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/12IdfeadygzgIyA2FnyYB0tpHZiYSJw9p/view>. Acesso em: 18 set. 2023.
- MATO GROSSO. Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso (SEDUC). **Documento de Referência Curricular para Mato Grosso (DRC/MT - EM)**: Etapa Ensino Médio. Cuiabá: Seduc, 2021. Disponível em: https://educacaomtgov-my.sharepoint.com/personal/pedro_campos_educacao_mt_gov_br/_layouts/15/onedrive.aspx?id=%2Fpersonal%2Fpedro%2Fcampos%2Feducacao%2Ffmt%2Fgov%2Fbr%2FDocuments%2F

2FDRC%2FDRC%20%2D%20Publica%C3%A7%C3%A3o%2F0%2E%20Completo%20DR
C%2DMT%2DEM%20%2D%20pub%2Epdf&parent=%2Fpersonal%2Fpedro%5Fcampos%
5Feducacao%5Fmt%5Fgov%5Fbr%2FDocuments%2FDRC%2FDRC%20%2D%20Publica%
C3%A7%C3%A3o&ga=1. Acesso em: 20 jun. 2023.

RIBEIRO, Marcos. **Educação em sexualidade**: conteúdos – metodologias – entraves. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2020.

SEPULVEDA, José Antonio Miranda; SEPULVEDA, Denize. O pensamento conservador e sua relação com práticas discriminatórias na educação: a importância da laicidade. **Revista Teias**, [S. l.], v. 17, n. 47, p. 141-154, ago. 2016. DOI: <https://doi.org/10.12957/teias.2016.24767>. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistateias/article/view/24767/19208>. Acesso em: 24 fev. 2023.

UNESCO. **Orientações técnicas de educação em sexualidade para o cenário brasileiro**: tópicos e objetivos de aprendizagem. Brasília: UNESCO, 2014. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000227762>. Acesso em: 18 jul. 2023.